



COLEÇÃO FAZER JORNALISMO

Coordenador: Clóvis de Barros Filho

- *Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências*
Stela Guedes Caputo
- *Guia para a edição jornalística*
Luiz Costa Pereira Junior
- *A apuração da notícia – Métodos de investigação na imprensa*
Luiz Costa Pereira Junior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pereira Junior, Luiz Costa

A apuração da notícia : métodos de investigação
na imprensa / Luiz Costa Pereira Junior. –
Petrópolis, RJ : Vozes, 2006.

ISBN 85.326.3353-6

Bibliografia.

1. Notícias jornalísticas – Apuração I. Título.

06-4183

CDD-070.43

Índices para catálogo sistemático:

1. Apuração da notícia : Jornalismo 070.43
2. Notícias : Apuração : Jornalismo 070.43

Luiz Costa Pereira Junior

A apuração da notícia

Métodos de investigação na imprensa



Petrópolis

Capítulo

[3]

Os métodos de apuração

Os primeiros relatos dão conta de 10 mil mortos nas torres gêmeas e é com esse número que o jornal *Agora São Paulo* estampa o alto de sua página 2, em 12 de setembro de 2001. O atentado da véspera abalara a maior potência mundial, destruiu o World Trade Center, um naco do Pentágono e provocou a queda de um avião em Pittsburgh, na Pensilvânia, e desestabilizou o planeta. George Bush, informa título no *Jornal do Brasil*, fala de “milhares” de mortos, versão que o veículo incorpora, sem contestação. Ao longo da semana, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* cravam em 6 mil os mortos no ataque ao coração financeiro e militar dos Estados Unidos.

Nenhum dos dois dados, 10 mil ou 6 mil, se revelariam verdadeiros – e só um ano depois se consolidaria em 3.025 o número de vítimas nas torres de Nova York.

Um fértil volume de fatos imprecisos e não confirmados, de especulação e boatos, espalhados mesmo por fontes confiáveis, marcou aquela que foi a maior mobilização já feita pelos diários num só instante em torno de um mesmo fato.

Redações inteiras montaram mutirão de editorias, cadernos desapareciam para dar espaço à cobertura internacional daquele dia, editores fechavam cadernos que não eram seus. Impossibilitados de apurar fatos de primeira mão, os jornais

se viram como nunca na condição de reféns das agências internacionais e da televisão, que presentificou o ataque em cadeia mundial.

A COBERTURA DOS ATENTADOS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

Edição de 12 de setembro	ESTA-DÃO	FOLHA	AGORA	JTO	GLOBO	JB
Equipe envolvida	100	100	40	45	50	60 de 180
Páginas para o assunto	34	64	12	20	24	22

Do rumor ao dado

Ao longo daquele 11 de setembro, rumores tomariam consistência de fatos. Um dos aviões teria sido abatido pela força aérea, 10 aviões suicidas teriam sobrevoado o país, soara o alarme de outros atentados, depois desmentidos. Reportagens pulsavam fórmulas hesitantes, como “circulam rumores” e “tudo indica”. O processo desnorteou até editores experientes, como Paulo Nogueira, da editoria de Internacional de *O Estado de S. Paulo*¹.

– Só no fim da tarde ficou mais claro que eram três ataques, um deles frustrado – disse ele, por ocasião da cobertura.

Editores como Nogueira coordenaram para os diários brasileiros a cobertura de um acontecimento sobre o qual nem a imprensa americana conseguia ter domínio. Cada veículo criou estratégias para relatar e explicar em meio a tanta infor-

mação desordenada, não dar vez a análises precipitadas, superar a cobertura televisiva, explicar o porquê de atentados que ninguém sabia o motivo, nem por que não foi evitado. O *Estadão* confrontou informes de cinco agências e seis jornais estrangeiros para evitar afirmações disparatadas.

– As informações contraditórias eram checadas pelo redator que fechou a página, por meio de comparação entre *sites* e outras agências noticiosas até esclarecer a situação – diz Nogueira, que dividia com o subeditor Roberto Muniz a tarefa de centralizar a cobertura, distribuir pautas e responsabilidades entre as editorias.

Então subeditor do caderno Mundo, da *Folha de S. Paulo*, Marcos Guterman explica a dificuldade de atribuir significado aos atentados durante a apuração de 11 de setembro².

– Procurávamos dar algum sentido ao que não tinha – afirmou Guterman, um ano depois. Mais do que qualquer apuração confiável, acredito que aquela edição traduziu o sentimento de todos, a perplexidade daquele dia.

A *Folha*, diz Guterman, evitou usar internet e agências noticiosas o quanto pôde.

– Dependíamos das agências internacionais, mas uma fração significativa do material era nossa, exclusiva, obtida em entrevistas por telefone e no local, embora não tivéssemos em Nova York gente suficiente – afirmou o jornalista.

Na impossibilidade de checar as informações, o critério no *Jornal da Tarde* era definir as fontes confiáveis (“*Sites* como o da CNN dispensam checagem”, avaliou Marc Tawil, na ocasião redator da editoria Internacional do *JT*) e ficar atento às atualizações³.

– O número de mortes variava a todo momento e não era passível de verificação. Publicamos a última informação da noite, o dado mais recente, mesmo não definitivo. Se até o

fim da noite a informação não fosse desmentida, era publicada – disse Tawil.

A pressa, a confiança em determinados despachos de agências e a propensão a apreciar tudo o que salte aos olhos pode ter feito o *Agora* incorrer em exagero – foi o único a cacifar em 10 mil os mortos nas duas torres. Não muito longe de seus pares, que noticiaram 6 mil mortes, o dobro do que se verificaria. A diferença de dados entre os veículos foi de procedimento, a forma como se comparou informações de agências noticiosas e o modo como se fez o cálculo da solidez das fontes (se eram ou não autoridades norte-americanas com reais chances de ter acesso aos fatos). Preocupados em cravar um número, os jornalistas sentiram a inutilidade dos dados ante a necessidade de um relato vivo, humano.

Para além de seus limites de “fato”, o 11 de setembro assentou a insuficiência da mediação das agências e das fontes secundárias. Acima de tudo, mostrou a falência da fé jornalística na medida, na impessoalidade estatística, na precisão das pesquisas, na consistência dos dados, expediente usado para compensar a ausência de história viva, de mergulho mais profundo nos personagens, situações e matizes por trás da frieza quantitativa. Nem se fossem dados consolidados e confirmados, números como os de 11 de setembro bateriam com os reais. Porque não eram “reais”. Nem “falsos”. Eram o “disponível”, a síntese de relatos possíveis, que deram sentido aos fatos.

Versões em jogo

No jornalismo, construir sentido é reduzir incertezas. Porque a realidade não pode ser contada aos outros por inteiro, noticiar é selecionar fatos para organizar um sentido. Cabe ao jornalista sedimentar uma realidade sólida para o público, sem enganá-lo com a falsa promessa de uma realidade “real”, pronta, acabada. Seu trabalho é ser categórico: um fato

ocorreu deste jeito, não de outro. O real, no entanto, será o sentido que damos à massa caótica de estímulos que recebemos. O atentado de 11 de setembro deixou mais do que evidente que a busca pela “verdade dos fatos” é, no fundo, pela legitimação de um sentido.

O desafio do repórter (no cenário complexo, tentacular, da desordenada torrente de acontecimentos que forma a vida contemporânea) é encontrar evidências soterradas em camadas de versões, procurar certezas em situações de incerteza. O jornalista, por princípio, não é só testemunha daquilo que o leitor não pôde ter acesso. É um processador das camadas verificáveis da realidade – não raro limitado à posição de verificador de fatos inacessíveis de forma direta, como o 11 de setembro o foi para as redações brasileiras.

O que distinguirá o jornalista serão os passos que der para atingir o “disponível” que chamamos de real, seus critérios para não se deixar levar por falhas de percepção, pela rotina produtiva, pelo engano das fontes. É sua disciplina de verificação. A notícia é construída no cuidado com a verificação, sobre o alicerce do levantamento de informações. Mas, como toda matéria é calcada em mediações e discursos (entrevistas, relatos, interpretações de documentos, provas e contraprovas), uma voz anularia a outra, caso não houvesse evidência “consistente”.

É um jogo de “versões” e construção de realidades, em que a transmissão noticiosa flerta a ironia de Jean Baudrillard: na medida em que não é desmentida, uma notícia circula como provável. Mas até quando desmentida, algo sempre parece permanecer – o conceito de verdade continuará agregado, mesmo se a informação for inteiramente falsa⁴. Todo cuidado deve ser, portanto, redobrado. O trabalho não termina ouvindo o “outro lado”. Não se realiza quando equilibra entre o pró, o contra, os ângulos da notícia, pois é comum cair num ceticismo circular, em que uma hipótese (“Fulano é corrupto”) é confrontada por sua antítese (“Não sou”). O fei-

jão-com-arroz do repórter e do editor é impedir a publicação de versões que se anulam. Onde o que é dito por uma fonte é apenas contradito por outra, sem maior checagem.

Como lembra Ricardo Noblat, em *A arte de fazer um jornal diário*, não cabe ao jornalista transferir dúvidas ao público. Ele tem de apurar cada contradição entre as fontes, até que a incongruência de versões seja descartada e reste só um relato em que se possa confiar⁵. Dar sentido aos fatos é encontrar tal “unidade”, testar cada contradição de versões até não sobrar incongruências, fazendo *check list* das afirmações e deletando as não confirmadas por mais de duas fontes, como apregoa a tradição do *Washington Post*.

O rigor na apuração de informações deve partir de premissa muito simples, nem sempre considerada: cada afirmação, de cada linha, só deve ser mantida depois de respaldada. Apurar pode resumir-se a um jogo de evidências confrontadas a outras. Só a consistência delas garante o relato, mesmo que saibamos que tal consistência só foi obtida pela sobreposição de relatos que corroborem uma mesma versão, como no caso da cobertura do 11 de setembro. Colocar evidências em confronto implica, por isso, critérios de escolha – critérios éticos, de aplicação sistemática – ou a realidade que virá à luz será apenas o reflexo, espiralado, sinuoso e sem fim, de espelhos colocados uns diante dos outros.

Incerteza e solidez

Compreendida a limitação genética de toda apuração jornalística (a realidade jamais caberá no “apurado”, será sempre o “disponível”), o levantamento de informações dependerá do compromisso do repórter com a *visão plural* de cada fenômeno ocorrido. O que chamo de *visão plural* dos incidentes noticiáveis é a conjugação de dois fatores, que não podemos ignorar:

- O nível de incerteza – A consciência da fragilidade dos resultados, de como é relativa a validade do que se apurou;
- A necessidade de solidez – A sensibilidade de saber o quanto o destinatário da informação deseja um chão sólido para posicionar-se.

Por isso, a conduta do jornalista só poderá ser a de quem busca uma única e exclusiva “verdade”. Mas com espírito aberto para não cegar diante de evidência contrária ou ignorar a pluralidade de versões possíveis. Com a humildade de saber falível uma profissão que constrói um castelo de cartas como se fosse de pedra. Entramos, portanto, no campo das imprecisões *a priori*, das incertezas de base, da fluidez de terreno. Nem tal “espírito aberto” nem tal “humildade” são qualidades necessariamente intrínsecas aos profissionais. Tampouco é possível acreditar de antemão na boa-fé das fontes entrevistadas. Elas podem mentir de propósito ou por acreditar, sinceramente, que estão dizendo a “verdade”, quando de fato estão enganadas.

O centro da discórdia volta, então, a ser o método de investigação, não a falibilidade do investigador. Implica, por outra, a esperança num nem sempre discernível procedimento que torne os resultados confiáveis, independentemente de quem obtém tais resultados. Nunca se fizeram tão necessários, portanto, a honestidade na apuração, o rigor na verificação, a desconfiança diante de toda fonte de informação com que nos deparamos.

Método fugidio

A apuração de informações, a investigação, é a pedra de toque da imprensa, seu alibi, a condição que faz um relato impresso ser jornalismo, não literatura. É a espinha dorsal do trabalho jornalístico. Mas entre a descoberta de um rumor e a publicação da notícia, zonas de sombra se instalam, sinais amarelos se acendem. A tradição pragmática tem relativamente

pouco a que se apegar diante da diversidade de situações de apuração, do voluntarismo de procedimentos e da falta de consenso entre profissionais para estabelecer estratégias perenes de verificação. Nas Redações, avaliar o trabalho jornalístico tem sido diretamente proporcional à bagagem do avaliador – e inversamente à sua distração. Proliferam prescrições empíricas ou nem sempre sistemáticas. O que é dado como qualidade pode virar pecado ao sabor de segunda opinião.

Autores tateiam critérios em terreno fluido. Bill Kovach e Tom Rosenstiel constataram, em *Os elementos do jornalismo*, a falta de consenso profissional quanto a critérios de checagem de informações. Os métodos são em geral informais e localizados, nem sempre generalizáveis e aprendidos por osmose, na base da tentativa e do erro, raramente transmitidos por editores ou faculdades. Não há regras-padrão universalizáveis ou método de observação consensual⁶.

– Embora a profissão tenha desenvolvido várias técnicas e convenções para determinar os fatos, pouco tem feito para desenvolver um sistema para testar a confiabilidade da interpretação jornalística – avaliam os autores.

Como o jornalismo seria mais simples se houvesse algo como uma lógica informativa, um empirismo do imediato e do concreto a determinar a existência da notícia. Como tudo seria mais fácil se todas as evidências surgissem com as provas físicas, se todos os caminhos levassem a uma só Roma, a mera aplicação de procedimentos rígidos garantisse a confiabilidade do processo, e a incerteza fosse, afinal de contas, o ponto de partida, não de chegada, da comprovação. Mas o cotidiano do jornalista é, no talo das vezes, alimentado por realidades nem sempre verificáveis, por constatações duvidosas, fatos sem testemunho direto, *press releases* não raro farsantes, histórias plantadas só para que a equipe de reportagem seja testemunha, títulos criados antes de a matéria existir, horários de fechamento mais curtos, Redações enxutas e

profissionais sobrecarregados, além de muitas, mas muitas fontes traiçoeiras, porque enganosas ou enganadas.

A própria natureza da atividade ajuda a tornar o processo impreciso – o ato de apurar e escrever na imprensa envolve tanto a retórica (ter o público como horizonte) quanto a ética (respeitar esse público e a realidade que se testemunhou para ele) e a técnica (exige que se trabalhe sobre o verificável). O produto do trabalho jornalístico é sempre uma combinatória.

Planejamento de investigações

Investigar é caro, demanda tempo e esforço. Amarga os ventos sazonais da redução de postos de trabalho, das Redações enxutas e da carga horária exaustiva, resultados de uma lógica de investimentos sistematicamente voltada para a modernização tecnológica e a infra-estrutura (equipamentos, prédios, rotativas) e nem sempre para produção de conteúdo qualificado. É vítima de manuais e compêndios de jornalismo, cuja ênfase recai na pedagogia do estilo, não da apuração. Sofre as tentações da era da internet, com o acesso fácil a dados sem que se faça investigação, e das assessorias de imprensa, que mastigam informação para Redações despovoadas e sobrecarregadas, em ofertas *fast-food*.

Falar, nesse contexto, de uma disciplina de verificação soa à última tábua no mar aberto. Mais do que nunca, sua possibilidade reside na confiança que vem:

- da triangulação de fontes confirmando a informação de referência;
- da persistência em se seguir um *modus operandi* que reduza a primazia do sujeito-informador e dê vez à “vingança” do objeto, como diria Baudrillard, permitindo legitimar o fato ao encadeá-lo numa rede coerente de eventos.

Dada a dificuldade para ser realizado (raros os mandarin da imprensa que garantem semanas para uma apuração), compreensível que o ato de investigar seja um saber acumulado empiricamente, do que sistematicamente universalizado. Mais compreensível ainda que tenha ganhado ares de corrente de pensamento, disciplina autônoma em relação às demais tradições do jornalismo. Embora a atividade, por natureza, seja exploratória, o chamado Jornalismo de Investigação surgiu no vácuo das debilidades da imprensa. Ganhou combustível em países com universidades, instituições e editoras financiando projetos que envolvem apuração de fôlego, mesmo fora das Redações e em livros-reportagem – produtos de vó mais independente e autoral que o material cancelado pelos diários e revistas.

A cada tentativa exploratória, ao longo de décadas de atividade empírica, mas nem sempre sistemática, e por sobre tendências e culturas profissionais, métodos foram testados para dar maior eficácia a uma investigação. Muitos têm ficado restritos a repórteres, equipes ou editores que os aplicam. Outros, universalizados no mercado ou sistematizados por correntes acadêmicas.

Uma questão de disciplina

A disciplina de verificação tem, por princípio, o desafio de criar antídotos à incerteza de base que caracteriza o jornalismo. Para isso, a apuração de informações para uma reportagem implica uma determinada seqüência de procedimentos, não raro coincidentes em autores e jornalistas distintos.

A experiência internacional mostra que o planejamento para a apuração de informações não só organiza a edição como representa uma cadeia produtiva em si. Implica uma rotina de apuração já na formulação da pauta e que se continue a apurar informação mesmo durante o controle de qualidade, que é o processo de edição.

Grosso modo, há três momentos em que se pode testar a disciplina de verificação adotada numa reportagem:

- 1) No planejamento da apuração;
- 2) Na revisão do material apurado;
- 3) Na revisão das informações editadas.

Vejamos alguns cuidados que diferentes profissionais e correntes de jornalismo prescrevem em cada uma dessas fases.

1. Ao planejar a apuração

O planejamento pode facilitar a apuração jornalística e há pelo menos um esquema geral que se repete, com modificações ligeiras, de autor para autor, embora os procedimentos muitas vezes variem e tenham outro batismo, a depender do dono.

O quadro a seguir reproduz livremente uma série de etapas para a investigação jornalística, apresentada pelo colombiano Daniel Samper, em 1991, em nome do Centro Técnico da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP)⁸, que condensa uma série de reflexões difusas no mercado e nos meios universitários sobre a evolução de um trabalho de verificação de informações.

O resumo de Samper servirá aqui de roteiro para o passo-a-passo de uma apuração jornalística, e será complementado por contribuições e reflexões de outros autores, este escriba incluído. Na ocasião, Samper era correspondente na Europa do diário *El Tiempo*, de Bogotá, e redator do semanário espanhol *Cambio 16*. A composição desses procedimentos pode ser, em linhas gerais, esquematizada em quatro fases:

Os passos da investigação jornalística

Fase 1: ELABORAÇÃO DA PAUTA

Pista inicial + Sondagem inicial + Preparação da pauta

Fase 2: PRÉ-PRODUÇÃO

Análise das fontes + Sequência de abordagem

Fase 3: PRODUÇÃO

Confrontação de informações + Checagem

Fase 4: PÓS-PRODUÇÃO

Redação + produção visual da reportagem + reserva de documentação

Vamos desenvolver a seguir esse esquema geral, apresentado muito laconicamente por Samper na ocasião. Servirá de ponto de partida para a reflexão sobre o planejamento de uma apuração jornalística. Por não ser objeto deste capítulo, a fase 4 será suprimida.

Elaboração da pauta

A sondagem inicial

É a apuração preliminar, a exploração das fontes, documentos e publicações, numa pesquisa prévia à formulação da pauta. É uma base de informações para sustentar uma investigação, como saber qual a credibilidade das fontes que nos lançam a pista inicial. Ajuda a estabelecer a viabilidade da pauta – se não estaria propondo o impossível de ser apurado – e se ela se justifica.

A pauta propriamente dita

Toda reportagem tenta dar resposta a uma curiosidade ou lançar uma hipótese sobre a realidade. Pauta não é tema. Não é camisa-de-força. Não busca confirmar o que já se sabe. É

uma dúvida sobre algum aspecto da realidade a ser respondida pelos fatos. Segundo Sidnei Basile, em *Jornalismo econômico*, é da natureza do trabalho do editor apoiar ou criar pautas que possam “subverter o senso comum”, trazer a público aquilo “em que ninguém tinha pensado e que, quando exposto, faz realmente todo o sentido”⁹. Após a sondagem inicial, um bom apoio para a formulação da pauta é o plano de ação com o qual se espera obter informações.

Plano de ação

- () Relação de informações que já obtivemos;
- () Relação de informações que nos faltam;
- () Lista de fontes: onde localizar a informação que nos falta, quais as fontes mais importantes e consistentes.

O plano de ação ajuda a organizar o que a reportagem quer demonstrar. Pauta que é pauta define o rumo do trabalho, o ângulo, a escolha de uma ou várias nuances do que será apurado, qual o recorte da realidade que a reportagem fará, sob que modo novo será abordada a questão.

Há quem confunda pauta e tema. A falta de professores nas salas de aula da periferia é pauta. A crise brasileira na educação, questão mais ampla, que lhe serve de guarda-chuva, tem ambição enciclopédica. Um dá lide. O outro, livro.

É como confundir ângulo de abordagem com ponto de vista. Sérgio Vilas-Boas, em *O estilo magazine*, diz que angulação não é diferente de ponto de vista. O primeiro é feito de nuances, de desdobramentos. O segundo é a interpretação desses desdobramentos, é o propósito do que se quer comunicar ao público, a “moral da história”¹⁰. A angulação é o ato de destacar um aspecto que atualiza uma questão concreta. É descobrir o gancho que torna a questão um problema atual. O ponto de vista é a própria questão, o que pensamos do grande

tema. Angular é micro, ponto de vista é macro. Um é abordagem específica. O outro é visão geral. Angular é, portanto, evitar uma “mensagem”, a ambição de esgotar o assunto numa visão categórica, a generalização que embota o brilho daquilo que é pedaço.

A pauta foi bem preparada?

- () Repórter mostra desconhecimento diante de informações fornecidas pelas fontes, na fase de apuração propriamente dita?
- () Ele apresenta contrapontos às informações dadas pelas fontes?
- () Personagens escolhidos são pouco relevantes para o esclarecimento dos fatos?
- () Dados apurados atualizam questão abordada na pauta?
- () Premissa está forçada, equivocada ou fundada em preconceito e senso comum?
- () Há problema de enfoque que denunciaria hesitação em saber a que leitor se dirige, determinando abordagem equivocada?
- () Levantamento prévio de informações evitaria falta de atualidade e tropeços de informação?
- () Na apuração, o repórter percebeu que informação não se encaixava (ou até contradizia) o que pensara ao propor a pauta?
- () Matéria faz crer que, se é preciso tanta explicação prévia para convencer o leitor sobre a legitimidade do assunto proposto, então ele não se justificaria?

A pré-produção

Análise estratégica das fontes

Durante todo o processo de avaliação estratégica das fontes não pode sair do horizonte a obviedade nem sempre óbvia de que os fornecedores de informação são pessoas e instituições que defendem seus interesses acima de tudo. Raramente são movidas por desprendimento e altruísmo. Segundo Nelson Traquina, em *O estudo do jornalismo no século XX*, para avaliar a confiabilidade da informação, os jornalistas usam alguns critérios para avaliar as fontes¹¹, que preencham as necessidades organizativas das Redações, de evitar excessiva incerteza no resultado da produção noticiosa, além de furos de prazo:

1. Hierarquia da autoridade – A respeitabilidade da origem da informação é um fator de grande apelo para jornalistas que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade. “O jornalista pode utilizar a fonte mais pelo que é do que pelo que sabe”, diz Traquina. É presumido que elas sejam mais persuasivas porque não poderiam se permitir a uma mentira descarada e porque suas ações e opiniões têm peso oficial. Quanto mais prestigioso for o título ou a posição da pessoa, maior a confiança em sua autoridade.

No caso Watergate, o diretor do *Washington Post*, Benjamin Bradlee, não quis saber o nome da fonte de uma informação obtida por Bob Woodward e Carl Bernstein, só a sua posição¹².

– Diga só se ele está aí no nível de assistente do presidente.

Diante da negativa dos dois repórteres, Bradlee toma a decisão de “esconder” a notícia numa página interna.

– Na próxima vez, tragam informação mais sólida – retrucou à dupla na ocasião.

2. A produtividade – Fontes institucionais fornecem material muitas vezes suficiente para uma notícia, poupando tempo e esforço dos repórteres, que dispensam o trabalho de procurar muitas outras fontes para consolidar uma informação. A produtividade é a quantidade e a qualidade de informação que uma fonte pode dar. Supre a carência de jornalistas de limitar (“em igualdade de condições”, diz Traquina) o número de fontes consultadas, o que representa uma economia de custos e uma garantia de que os prazos de entrega da reportagem não serão por demais dilatados.

3. A credibilidade – As fontes devem ser tão confiáveis que a informação fornecida por elas exige o mínimo possível de controle. Entrevistados que em outras ocasiões forneceram fatos confiáveis têm maior chance de continuarem a ser acessadas pelo jornalista, até virarem fontes regulares.

O risco de privilegiar fontes por tais critérios é o da dependência nos canais de rotina. As fontes não são iguais, não são todas de mesma importância, tudo é preparado para que umas tenham mais acesso que outras ao campo jornalístico. Há uma vantagem estratégica dos setores legitimados, não só do Estado, mas da vida cultural, esportiva, financeira.

– Decorre desta conclusão que o acesso à mídia é um poder – diz Traquina¹³.

As notícias tendem a ser aliadas das instituições legitimadas, apoiando as interpretações oficiais dos incidentes controversos¹⁴. É preciso muito cuidado para não cair no círculo vicioso da hierarquia rígida entre as fontes de informação, dar trela a oficialismos ou *lobbies* e fazer do veículo de informação uma tribuna para o jornalismo declaratório, aquele que se satisfaz com declarações de celebridades, políticos e empresários, pouco importa se sustentadas em fatos. Por

isso, analisar as fontes implicadas na notícia e as fontes secundárias (as que não têm nada que lhes una diretamente ao fato investigado, mas podem ter informações preciosas sobre os fatos a serem relatados) ajuda a estruturar uma estratégia geral de abordagem do tema.

Análise das fontes

- () As relações, o valor, a situação, os riscos e a credibilidade das fontes;
- () Os conceitos complementares, a informação que supomos que sabem e a relação que supomos que as fontes têm com o fato;
- () Até que ponto não estamos sendo usados por fontes legitimadas por sua autoridade, produtividade e credibilidade anterior, e não fazemos uma avaliação isenta sobre o real valor que as informações têm para o público.

Seqüência de abordagem das fontes

É irritante descobrir na quinta entrevista uma pendência de informação que deveria ter sido levantada com a primeira fonte. Nem sempre estamos livres disso. E não há sistema de abordagem de fonte que seja infalível. Pepe Rodríguez, em *Periodismo de Investigación: técnicas e estrategias*, sugere que se defina em que momento e ordem vamos manter contato com as fontes¹⁵:

Por ordem de importância

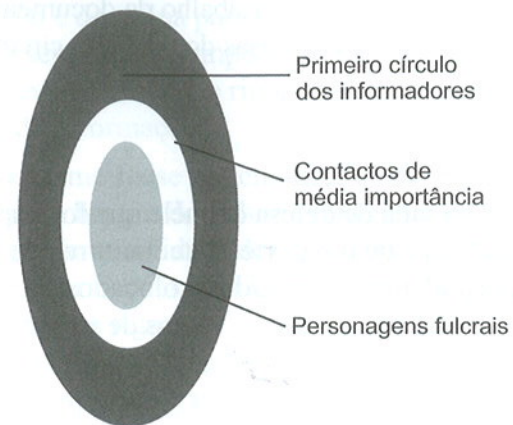
1. Antes de abordar a primeira fonte, o repórter deve fazer o dever de casa sobre ela, documentar-se ao máximo (sondagem inicial).
2. Para isso, melhor sondar primeiro as fontes secundárias, documentais e técnicas, que são muito úteis para dar detalhes a confrontar com a fonte principal.
3. Pode ajudar, e muito, ordenar a abordagem partindo da fonte de menor para a de maior importância informativa.
4. Isso amplia o conhecimento que se tem do fato e permite que se chegue melhor preparado para a segunda entrevista.
5. Na dúvida, é preciso deixar cada fonte preparada para nova consulta, posterior.

Por ordem de crítica

1. Começar pelas fontes desfavoráveis.
2. Prosseguir pelas fontes técnicas e neutras (não têm atitude predeterminada ou interessada no fato investigado).
3. Terminar pelas favoráveis (que têm atitude positiva a respeito do fato investigado).
4. Esse procedimento permite ter um primeiro marco crítico, catastrófico, que pode dar ao menos uma medida do interesse pela notícia. Depois, o filtro técnico pode dar argumentos para confrontar as fontes desfavoráveis e parâmetros mais equilibrados para a entrevista com fontes favoráveis.

Professor no Centre de Formation et de Perfectionnement des Journalistes, Jacques Mouriquand sistematiza, em *O jornalismo de investigação*, o passo-a-passo de uma apu-

ração pela ordem de importância, distribuída em três círculos de um tiro ao alvo, que formam os “círculos de informadores”¹⁶. O primeiro círculo é o dos informadores, o segundo é o dos contatos de média importância e o círculo central, dos personagens fundamentais.



O primeiro círculo corresponde ao que Samper chama de sondagem inicial, a pré-investigação em que o repórter procura fontes de menor importância, com as quais se mantém relação de confiança, para entender um conceito técnico de base ou “laços privilegiados” entre um e outro personagem do assunto em causa. Num exemplo de Mouriquand, nenhuma fonte oficial revelará, mas poderemos ganhar tempo com um informador de menor importância, segundo a qual o senhor X ascendeu à direção da empresa porque “a insipidez do seu caráter” era garantia de que o senhor Y, principal acionista, “não se sentiria incomodado por essa nomeação”¹⁷.

Desenvolve-se então a marcação de encontros com os contatos de média importância, do segundo círculo, e, na sequência, as fontes de real importância¹⁸.

– Visitar primeiro o mais importante, o mais bem-informado, é arriscar-se a chegar diante dele sem saber o suficiente – diz Mouriquand.

Pessoas suspeitas raramente têm vontade de falar ou aparecer – e Mouriquand acredita que só o fazem porque têm consciência de que outras fontes falaram antes delas. O autor considera todo o processo uma investigação “em caracol”, porque a avaliação da importância dos contatos diretamente implicados no assunto pode ocorrer sem o trabalho da documentação prévia ou mesmo antes das conversas do primeiro círculo.

A produção

O contato com as fontes

É a oportunidade de defesa daquele que foi implicado na notícia. É a chance de o repórter detectar erros de avaliação da pauta, que podem ser corrigidos, colocados à luz de novos fatos. Cada apuração abre novos vazios de informação, a serem preenchidos por mais investigação. É preciso ter panorama geral do que se tem para saber o que é preciso levantar para ir em frente.

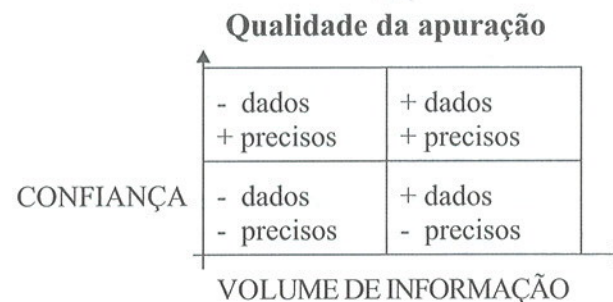
Quando o repórter fica refém da fonte

- () Pende para o peixe que uma delas lhe vendeu.
- () Engole as versões, sem questionamentos. Revela olhar pouco crítico ao transcrever declarações.
- () Não esgota o que o entrevistado tem a informar. Não explora deixas e possibilidades fornecidas pela fonte.
- () Engole opinião de apelo fácil, mesmo que com pouco fundamento.
- () Atribui atitudes de uma fonte baseado no depoimento de outra.
- () Aceita informação de crédito duvidoso ou dificilmente verificável, com poucas pistas que garantam credibilidade ao dado. Se publicada a informação, ficamos sem saber se tudo foi checado com rigor.

Checagem da informação

O jornalista não pode contentar-se com apenas um (ou poucos) dos diversos aspectos possíveis da história. É preciso validar a informação com pelo menos duas outras fontes. O repórter não pode bancar uma afirmação sem confirmá-la. A pressa não é desculpa para má apuração. É da natureza do jornalismo ser feito em tempo curto. Na linha de produção da notícia, o levantamento e o rigor na checagem estabelecem a qualidade da informação.

Se jornalismo fosse matemática, e não é, a qualidade da apuração seria função do volume informativo (se obtivemos maior ou menor quantidade de dados) pela confiança na checagem (se informações obtidas são precisas ou carecem de maior apuração e rigor).



O esquema demarca quatro posições-limite, exponenciais de apuração, e abstrai as situações intermediárias, as nuances entre cada um dos quatro níveis abordados. Ajuda a definir o que fazer diante de uma apuração que tem:

- informação precisa, mas insuficiente (- dados, + precisos)? Apurar mais.
- muita informação, mas imprecisa (+ dados, - precisos)? Fazer checagem.

- pouca informação, ainda por cima imprecisa (- dados, - precisos)? Refazer tudo.
- informação precisa e abundante (+ dados, + precisos)? Publicar a matéria.

É sempre insatisfatório restringir a verificação a situações-limite esquemáticas. Sua valia se dá, aqui, por autocontraste: ilustrar a proliferação de variáveis possíveis, motor da dificuldade de qualificar uma boa reportagem. Há sempre o risco de, num julgamento tábula rasa, um aspecto condenável condenar outros por tabela – aquele tropeço que de repente ofusca acertos de outra ordem. As variantes crescem de forma exponencial, os fatos a pesar se ramificam e alguns até se pulverizam – nem sempre nos damos conta das nuances. Uma informação pode estar completa (seu conteúdo satisfaz a necessidade de conhecimento sobre o problema) sem ter dado a dimensão humana dos personagens envolvidos. Um texto pode ter sido bem apurado e estar mal estruturado. Pode ter um lide (sumário geral da notícia) consistente e erros de informação nos demais parágrafos. Ou ter passagens truncadas e méritos na hierarquização da notícia. Mas tudo será julgado pelo sabor de um conjunto que depende de fatores diversos e nem sempre conciliados.

2. Ao revisar o material apurado

Uma reportagem pode nos contar muito sobre o trabalho que foi fazê-la. Assim que escrita, um editor pode fazer um tira-teima das informações apuradas e checar a validade do que é noticiado. Diferentes círculos profissionais determinam procedimentos de checagem de informações apuradas pelos jornalistas, só para essa fase em que o trabalho aparentemente já foi concluído pelo repórter. Algumas são aplicáveis para a revisão de última hora, feita pelo editor ou pelo próprio repórter, naquela derradeira olhada antes da clicada final, rumo à composição gráfica.

É o caso da lista de checagem (*check list*) sistematizada pela ASNE – Associação Norte-americana de Editores de Jornais. A versão que segue deriva da traduzida pelo Jornal da ANJ – Associação Nacional de Jornais. Está disponível no *site* do Instituto Gutenberg. Uma variação dessa lista é dada por Bill Kovach e Tom Rosenstiel em *Os elementos do jornalismo*, sob o título de “lista de exatidão” e atribuída a David Arnold, editor-executivo do *San Jose Mercury News*¹⁹. De acordo com o sistema, um editor pode responder às seguintes perguntas quando estiver lendo o material apurado por um repórter:

Lista de checagem

- () Chequei ao menos duas vezes todos os nomes, títulos mencionados e informações citadas nesta matéria?
- () Se há números de fones ou endereços eletrônicos, foram testados e rechecados?
- () Todas as citações são precisas e estão exatas e atribuídas corretamente (elas captam com precisão o que disseram os entrevistados, pergunta Arnold)? Eu entendi plenamente o que a fonte quis dizer?
- () As informações de pesquisa estão completas (permitem entender a matéria completa, pergunta Arnold)?
- () As informações do lide estão suficientemente respaldadas (o lide tem consistência, pergunta Arnold)?
- () A matéria é justa? Todos os envolvidos foram identificados, contatados e tiveram oportunidade de falar? Alguém vai ficar aborrecido ou zangado com essa matéria amanhã? Por quê? Para nós essa reação estará bem? Nós apuramos informações paralelas? Nós tomamos partido ou fizemos juízos de valor a respeito de resultado que pretendemos (mesmo de forma sutil, pergunta Arnold)? Alguém gostará da matéria mais do que deveria?
- () O que está faltando?

Kovach e Rosenstiel lembram ainda um outro sistema, que chamam de “o lápis colorido de Tom French”. French foi prêmio Pulitzer de 1998 e atua no *St. Petersburg Times*, da Flórida. Seu método de trabalho é cristalino, quase simplório. Antes de entregar o texto, ele tira uma cópia e examina linha por linha o que se escreveu, com um lápis de cor. Depois, tica cada fato e declaração cuja veracidade foi recheada. Aí, só publica o que está confirmado. Só isso.

3. Na hora do fechamento

Nem todo sistema é tão simples assim, lembram Kovach e Rosenstiel. A dupla chama atenção para algumas técnicas eficazes de testar, já no momento da edição do material apurado, o processo de recolhimento e apresentação de notícias²⁰. Eles atribuem suas “técnicas de verificação” a determinados editores de jornais norte-americanos. O fato é que elas retratam experiências difusas no mercado, não apenas dos EUA. Kovach e Rosenstiel enumeram sistemas familiares à imprensa americana para um editor testar a apuração de sua equipe, alguns espantosamente simples e sistemáticos.

É o exemplo do que eles chamam de “edição cética” – aquela feita com o rigor de um interrogatório de tribunal. Atribuído a Sandra Rowe e Peter Bhatia, editores do *Oregonian*, esse sistema prescreve julgar a matéria linha por linha, declaração por declaração, editando as afirmações e os fatos. O objetivo é remover erros inconscientes perpetrados por pessoas, que, mesmo de boa-fé, acreditam fornecer informações verdadeiras, mesmo quando elas não o são.

Edição cética

- () Como sabemos isso?
- () Por que deveria o leitor acreditar nisso?
- () O que significa a suposição por trás de uma sentença?
- () Se uma matéria diz que certo fato pode levantar dúvidas na cabeça das pessoas, quem insinuou isso? O repórter? Uma fonte? Um cidadão?

Outro modelo é a organização em círculos de investigados, atribuído a um professor chamado David Protess (a dupla de *Os elementos do jornalismo* não informa de qual instituição de ensino). É o ápice do ceticismo, que Protess aplica ao estudo de casos de pena de morte. A premissa é de que as fontes oficiais (a polícia, os advogados e os tribunais, por exemplo) são sempre suspeitas e deve-se chegar mais perto das fontes básicas (suspeitos descartados, testemunhas, o condenado).

Para isso, o professor norte-americano visualiza o caso estudado. Desenha um conjunto de círculos concêntricos. Do lado de fora do círculo, registra os documentos de fontes secundárias (*releases*, pareceres etc.). O círculo seguinte é para documentos de uma fonte primária (da acusação, por exemplo). O terceiro círculo é para as testemunhas, que são entrevistadas para ver se tudo confere com os documentos. O círculo interno é para os “alvos”, as fontes interessadas e envolvidas diretamente com o caso (policiais, advogados, outros suspeitos, o condenado à morte).

A equipe do professor Protess exercita seu ceticismo com fontes oficiais ao examinar um caso à exaustão, retomar as pistas abandonadas durante o processo, cruzar documentos e entrevistas. Com isso, já absolveu pelo menos um condenado no corredor da morte, em 1999, ao investigar um suspeito que a polícia descartara rápido demais (os estudantes de Pro-

tess encontraram um sobrinho do verdadeiro assassino que o havia escutado confessar o crime no dia em que ele foi cometido).

Enquanto vemos a diversidade de métodos e a espacialização de procedimentos, nosso campo de ação se movimenta em torno do repórter solitário, cobrado por um editor rigoroso, na cobertura de um fato pontual, que não necessariamente exige apuração simultânea de outros desdobramentos (que exigiriam trabalho em equipe, maior planejamento de edição). Como se verá, a disciplina de verificação é um suporte para a edição, que melhor se realiza quanto mais planejado for o processo de produção da notícia.

Capítulo

[4]

A humanização das fontes

Um dos efeitos colaterais da ideologia da objetividade no jornalismo foi isentar o profissional de responsabilidade direta pelas posições e conclusões que extrai em suas matérias. Liberado da tarefa de analisar as situações que cobre, ajudou a colocar no centro da apuração a fonte especializada, o assessor de imprensa, o técnico, a autoridade, tudo e todos com credencial, referência de pesquisa ou dado com casca científica.

Nesses casos, o jornalista faz suas confirmações a partir de consulta a notórios, nem sempre obtendo informações necessariamente consistentes. Há mesmo as vezes em que obtém meras suspeitas, especulações, pontos de vista, que, repassados ao público após tratamento de edição, conquistam a clareza cristalina das verdades testadas. Ao assumir o papel de mediador entre o real e o público, o jornalista busca intermediários para entender o mundo, e cada suspeita provisória de um especialista acaba por confirmar o horizonte de compreensão daquilo que é abordado numa reportagem.

Esse procedimento fez proliferar uma outra anomalia de abordagem, o chamado “fala povo”. O espaço institucionalizado pela imprensa para a opinião das pessoas comuns é em geral uma pesquisa empírica, mas irrelevante, com persona-